

CAPÍTULO V

A DIÁSPORA DOS LIVROS DA ANTIGA UNIVERSIDADE DE ÉVORA (1759-1806)

Sara Marques Pereira

(Directora da Biblioteca Geral da Universidade de Évora)

“25 de Março de 1805: Fui por o primeiro livro nas estantes da minha livraria; foi o primeiro tomo da Polyglota de Ximenes; fui com o vigário geral, capellães e pessoas da família. Mande abrir um caixote e o primeiro livro que deparei foi a 'Évora Glorioza', o que me pareceu coisa de reflectir”.

Diário de Frei Manuel do Cenáculo¹

Introdução

Consumada a expulsão da Companhia de Jesus (Decreto de 3 de Setembro de 1759) a Universidade de Évora, a ela entregue desde 1553, seria igualmente encerrada² e os seus bens dispersos. Parte do património será afecto às instituições criadas ou favorecidas no âmbito das chamadas reformas pombalinas. A Universidade de Coimbra receberá, por carta de doação de D. José I³, a maior parte dos bens de raiz e rendas da extinta universidade jesuíta, o Colégio dos Nobres e a Real Academia das Ciências herdarão parte do seu espólio e algumas rendas⁴, enquanto os Professores Régios ocuparão os seus claustros entre 1760

¹ VAZ, Francisco Lourenço (2009), *Os livros e as bibliotecas no espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo*, Biblioteca Nacional, 2009. P. 604.

² Por estranho que pareça, sem um único documento que especifique o encerramento de uma instituição com mais de duzentos anos de História.

³ 1774, Julho, 4, Lisboa: Carta de Doação Régia de D. José I, de todos os bens, casas, foros, propriedades, pensões, herdades, casais, rações e fazendas, que se acham na Minha Real Coroa entre os que vagarem pela perpétua proscrição e desnaturalização dos extintos Regulares denominados Jesuítas dos Colégios, Casas e Residências de Braga, Porto, Coimbra, São Fins, S. João de Longos Vales, Carquere, Évora, Santo Antão de Lisboa, Santarém, Bragança, Elvas, Vila Nova de Portimão e Faro; cuja finalidade era que não faltasse à Universidade de Coimbra “*os meios competentes ao decoro da sua representação, e ao pagamento, e sustentação dos professores, ministros, e oficiais, que nella tem quotidiano, e indispensável exercício...*”. Documento com 21 páginas manuscritas, contém duas relações, uma de Bens Seculares, cuja avaliação é de 7.293\$393 réis; e Relação dos Dizimos cuja avaliação é de 17.090\$841 réis.

e 1776. Neste ano é o próprio edifício do Colégio do Espírito Santo doado à Ordem Terceira da Providência, que ali permanecerá até à extinção das ordens em 1834.

Assim, ao longo dos anos de 1760 e 1806⁵ o seu espólio vai sendo aos poucos delapidado e disperso, alfaias de ouro e prata, entre outros bens do Colégio do Espírito Santo e instituições anexas, como o Colégio da Madre de Deus ou a Cadeia e Hospital dos Estudantes, passarão para as mãos de instituições reformadas e gente próxima do círculo pom-balino. Desmantelava-se, assim, uma instituição com duzentos anos de História, desmembrando-se todo o seu espólio⁶.

O tesouro das bibliotecas dos antigos colégios jesuítas

Os livros são cultura e marca de cultura e as livrarias montra das opções culturais e educativas de quem as possuiu. Por esta razão, compreender a diáspora dos livros das antigas bibliotecas da Companhia de Jesus após a expulsão (1759) e extinção (1773) constitui, de facto, uma verdadeira equação da História da Cultural e Política portuguesa⁷. Os trabalhos que têm sido realizados sobre este tema vêm permitindo, a um tempo, lançar novas luzes sobre uma das mais notáveis controvérsias culturais portuguesas desencadeada com a edição do *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), de Luís António de Verney, bem como perceber a génese de uma das mais importantes instituições culturais modernas: as bibliotecas públicas⁸.

⁴ O Real Colégio dos Nobres recebe do Cofre dos Confiscados os rendimentos que pagam a Mitra e a Fábrica de Évora, bem como o rendimento da Prebenda da Sé de Évora, num total de 2.419 reis in ANTT, Colégio dos Nobres (1765-1777), Pasta nº 1

⁵ Como se sabe a questão jesuítica arrastou-se durante anos após a expulsão de Portugal e das outras cortes borbónicas, ficando parcialmente resolvida com a Bula de extinção *Dominus ac Redemptor*, de 21 de Julho de 1773.

⁶ PEREIRA, Sara Marques (2008), “Duzentos Anos de Solidão: a deriva da Universidade de Évora (1759-1959)”, in *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra*, coord. José Eduardo Franco e Sara Marques Pereira, Ed. Campos das Letras, Porto, 2008, pp. 59 e ss.

⁷ Contudo, o processo foi político, mais que intelectual. Apesar dos argumentos utilizados basearem-se, como é sabido, nos métodos retrógrados de ensino e no desvirtuamento moral e intelectual que com eles a Companhia tinha arrastado, durante décadas, a juventude portuguesa, a razão primeira e última foi de facto a impossível convivência entre a Companhia de Jesus e um estado absolutista que não admitia resistências ao seu poder. O problema teve a sua raiz, como se sabe hoje, no confronto na América do Sul pós Tratado de Madrid (1750) que redefine as fronteiras de Portugal e Espanha naquele continente. Ver COUTO, Jorge (2009), “As missões americanas na origem da expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e dos seus Domínios Ultramarinos” in *A expulsão dos jesuítas dos Domínios Portugueses – 250.º Aniversário*, Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, 2009, pp. 9 a 32.

⁸ Evidentemente, não cabe no âmbito deste trabalho analisar os pressupostos da acusação que levariam à expulsão, mas tão só identificar os livros que os jesuítas produziam e possuíam, como co-arguidos neste processo, de molde a compreender assim as causas do seu aniquilamento, desaparecimento ou dispersão. Entre outros, veja-se, para o caso de Évora, GOMES, João Pereira (1960), *Os Professores de Filosofia da Universidade de Évora (1559-1759)*, Câmara Municipal, Évora, 1960, pp. 45 e ss.

Peças fundamentais nos antigos colégios jesuítas, as bibliotecas obedeciam a critérios rigorosos de constituição e funcionamento, relacionados com o programa de estudos da *Ratio Studiorum* (1599) e o currículo oferecido pela própria instituição. Por esta razão, e como verdadeira congregação de missão e ensino, a Companhia de Jesus possuía em todas as suas casas, residências e missões espalhadas pelo mundo um significativo espólio bibliográfico.

Símbolos de prestígio cultural e pedagógico das instituições que as detinham, as livrarias, assim vulgarmente chamadas, chegavam a possuir vários milhares de livros. Exemplo disso foram os Colégios de S. Roque em Lisboa, e da Baía e Rio de Janeiro, no Brasil, cujos espólios foram arrolados posteriormente ao encerramento e extinção, existindo inventários razoavelmente detalhados dos fundos aí existentes⁹.

Os dados que a investigação em Portugal e no Brasil nas últimas décadas tem fornecido sobre este assunto apontam, genericamente, quatro destinos para esses espólios. Destinos esses que acabaram, eventualmente, por se cruzar:

a) Destruídos propositadamente, no caso das obras proscritas dos padres da Companhia, verdadeiras *pièces de resistance* do ensino da Companhia no mundo, a *Gramática* do Padre Manuel Álvares (1535) ou a *Prosódia* (1634) de Bento Pereira, ambos com inúmeras edições e ambos professores da Universidade de Évora.

b) Roubados ou destruídos por incúria, largados que foram, durante anos, sem manutenção alguma, e à mercê dos elementos, nos conventos, casas e colégios encerrados. Espólios de alguns destes colégios, inicialmente com cerca de 14 ou 15.000 livros, nestes processos acabaram com cerca de 4.000, tendo-se perdido o restante, arruinado ou roubado, particularmente no Brasil, devido à inclemência do clima e das condições de armazenamento¹⁰. Infelizmente a incúria não terá sido muito diferente na metrópole... António Ribeiro dos Santos (1745-1818), primeiro Bibliotecário da Real Biblioteca Pública, dá em Janeiro de 1795 um retrato lamentável dos milhares de livros que se encontravam amontoados pelos armazéns da extinta Real Mesa Censória, de entre eles, os livros das antigas livrarias jesuítas. (ver adiante)

c) Doados a figuras importantes do alto clero ou a instituições de ensino nascidas ou beneficiadas pelas reformas pombalinas (Colégios dos Nobres, Universidade de Coimbra, Professores Régios, etc.)

⁹ SILVA, António Gonçalves da (2008), “As bibliotecas dos jesuítas: uma visão a partir da obra de Serafim Leite”, in *Perspectivas em Ciências da Informação*, v. 13, nº 2, Maio/Agosto de 2008, p. 229.

¹⁰ Idem, op. cit. p. 231.

d) Recolhidos e reunidos pela Directoria Geral dos Estudos (1760) e pela Real Mesa Censória (1768), já lhes ditando os destinos acima referidos, já os conservando e vindo a formar o núcleo primitivo das bibliotecas públicas surgidas no final do séc. XVIII, (e.g. Real Biblioteca Pública, 1796)¹¹.

Os livros do Colégio do Espírito Santo

Constituída na sua fundação com as obras que o próprio Cardeal D. Henrique doou¹², a Livraria Grande do Colégio do Espírito Santo, provavelmente também de acesso público, como muitas das suas congéneres, deveria possuir nas suas estantes um acervo notável pela sua quantidade e qualidade, verdadeiro tesouro que se haveria de perder com a voragem do pombalismo¹³. Pois, sendo a Universidade de Évora a única instituição desta grandeza que a Província Portuguesa da Companhia de Jesus tinha em Portugal, haveria de ter um espólio equivalente ou superior àqueles que vamos encontrar nos inventários dos colégios de Lisboa e no Brasil (Baía e Rio de Janeiro)¹⁴.

Perceber o destino dos livros existentes no Colégio do Espírito Santo é o que nos propusemos na investigação que agora damos conta neste trabalho. Expulsa a Companhia de Jesus com base num processo que, mais do que intelectual foi político¹⁵, os livros seriam, logo a seguir aos professores, peça fundamental da campanha anti-jesuítica pombalina, argumentada pelo atraso cultural ‘pedagogicamente’ causado pela Companhia desde o início da sua actividade em Portugal no séc. XVI.

Na realidade a questão deve ser vista a partir de uma leitura mais ampla: a da aplicação das teses regalistas que, determinando nova relação de dominância do Estado sobre a Igreja, obtinha neste campo da educação a sua primeira vitória na tentativa de controlo

¹¹ PROENÇA, Raul (1922), “Antecedentes e Origens da Biblioteca Nacional de Lisboa”, in *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, (Setembro de 1922), Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, pp. 154 e 165 e DOMINGOS, Manuela (1995), *Subsídios para a História da Biblioteca Nacional*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1995.

¹² PEIXOTO, Jorge (1959), “Considerações sobre o regulamento da livraria da Universidade de Évora”, in *A Cidade de Évora – Boletim da Comissão Municipal de Turismo – Número Comemorativo do Quadricentenário da Fundação da Universidade de Évora*, nº 41-42, Ano XVI – Janeiro-Dezembro de 1959, pp. 127 a 153; AMOEDO, Margarida I. Almeida (2009), “A Livraria Geral da Antiga Universidade de Évora”, in *Da Europa para Évora e de Évora para o Mundo – A Universidade Jesuítica de Évora (1559-1759)*, NUNES, Fátima e SILVA, Augusto (coord.), ISESE, Évora, 2009, p. 253.

¹³ AMOEDO, Margarida I. Almeida (2009), “A Livraria Geral da Antiga Universidade de Évora”, op. cit., pp. 249 e ss.

¹⁴ SILVA, António Gonçalves da (2008), “As bibliotecas dos jesuítas: uma visão a partir da obra de Serafim Leite”, op. cit. p. 231 e ss.

¹⁵ COUTO, Jorge (2009) “As missões americanas na origem da expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e dos seus Domínios Ultramarinos” op. e pp. cit..

da educação da juventude (parte integrante do processo de secularização do ensino que se realizará no final do séc. XVIII e princípios do séc. XIX).

Pelas razões enunciadas o destino dos livros do Colégio do Espírito Santo – antiga Universidade de Évora – parece poder revelar-se como um verdadeiro *case study*, atendendo à importância e dimensão daquele no universo das instituições que a Companhia possuía no Império Português.

O paradeiro dos livros da Universidade de Évora, de todos os bens que tentamos seguir o rasto, será aquele que mais teimará em nos fugir, em nos deixando sem explicação e, afinal, percebe-se bem porquê. Extinta com base num processo que envolvia a suposta conspiração contra o Rei e traição aos seus princípios fundadores, o processo contra a Companhia de Jesus em Portugal foi baseado essencialmente na crítica aos métodos de ensino, aos seus alicerces intelectuais, ou seja, naqueles sobre os quais, justamente, os Jesuítas tinham construído o seu prestígio e poder.

Assim, neste processo, aparentemente intelectual, os livros devem constituir uma peça chave. A (in) existência de autores *modernos* nas suas prateleiras, bem como a modernidade ou não das doutrinas dos autores da Companhia constituiu uma espécie de prova, ou contraprova, neste batalha. A censura dos autores da Companhia foi, assim, um dos primeiríssimos passos dados pela administração pombalina¹⁶. Uma espécie de *Índex* levou, logo nos primeiros meses depois da extinção, à apreensão e queima dos exemplares encontrados nas casas da Companhia, nos livreiros ou em casa de particulares. Esta foi, aliás, uma das imediatas missões da recém-criada Directoria Geral dos Estudos (26-6-1759)¹⁷, tal como se pode ver nestes documentos:

14.ª consulta /79, sobre apreensão de livros proibidos, efectuada pelo Provedor dos Órfãos e Capelas, Dr. José Roberto Vidal da Gama, com lista anexa e proposta de extermínio total, com o respectivo processo (13-12-1759)

Sr. foi V. Mag.ª servido, por Alvará de 28 de Junho do presente ano, abolir os antigos métodos com que se ensinava a Gramática Latina, proibindo a Arte do p.ª Manuel Alvares e Prozodia do padre Bento Pereira, os cartapácios e todos os mais livros que serviam para o dito método. E, como para executar com aquela prontidão, fidelidade e obediência que devo às santas e acertadas resoluções de V. Mag.ª, me era preciso saber onde se achavam os referidos livros, ordenei ao Dr. José Roberto Vidal da Gama, Provedor dos Órfãos e

¹⁶ Ver Alvará de 28 de Junho respeitantes à *Gramática* de Manuel Álvares e à *Prozódia* de Bento Pereira

¹⁷ A Directoria Geral dos Estudos só seria extinta em 1771, acompanhou todo o primeiro processo da chamada reforma pombalina dos estudos. Seria posteriormente substituída por outros dois órgãos: a Real Mesa Censória (5-4-1768) e a Junta de Providência Literária (23-12-1770). O Director Geral dos Estudos era D. Tomás de Almeida.

Capelas, fizesse esta diligencia e me tirasse uma lista de todos os exemplares que achasse, fazendo notificar a todos e a cada hum dos que os conservassem em seu poder, e fazendo-lhes assinar termo de os entregarem à minha ordem, a toda a hora que lhes fosse mandado. Pelos documentos juntos consta que o mesmo Provedor das Capelas tirou uma informação de testemunhas e por ela se vê que os exemplares que há dos livros proibidos para o ensino da Gramática Latina e as pessoas que os tem, são os que constam da lista que com esta e mais documentos sobem à real presença de V. Mag.^e, entre os quais vai também o termo que todos assinarão, de conservarem os ditos em seu poder até se lhes mandarem entregar a quem eu ordenasse. Do depoimento das testemunhas se prova que a maior parte destes livros conservavam os Padres da Companhia denominada de Jesus, especialmente os dos Colégios da Corte e de Coimbra e Évora, de que hoje estão de posse os ministros dos Sequestros dos bens dos referidos Colégios. Parece-me que V. Mag.^e ordene aos ditos ministros, mandem extinguir todos os livros que tiverem achado, dos que V. Mag.^e e foi servido proibir, e que os que se acham em poder dos particulares, que constam dos documentos juntos, se entreguem ao Secretario da Directoria, para este também os fazer consumir, de forma que fiquem extintos todos. Lisboa 13 de Dezembro de 1759. D. Tomás, Principal de Almeida, Director Geral dos Estudos.

Despacho: Como parece, e assim o mando ordenar. N^a S^a da Ajuda, em 15 de Dezembro de 1759. Rei.

Lista dos livros clássicos proibidos pelo Alvará e Instruções de estudos, que se acham em poder de particulares, nesta Corte, na forma da relação que deu o Provedor dos Órfãos e Capelas, José Roberto Vidal da Gama, assinada pelo mesmo Ministro, e se lhe remeteu com a carta Regia, para os fazer entregar ao secretario da Directoria, da qual relação é a copia seguinte.

Jerónimo Francisco e Araújo, Mestre livreiro e morador ao Moinho de Vento, tem os livros seguintes: 5 primeiras partes da Arte explicada de Madureira; 2 segundas partes e a ortografia do mesmo autor; 1 cartapácio de Sintaxe do padre Manuel Alves (sic) e 3 de Síllaba; 4 de Géneros de João Nunes Freire e 3 de Rudimenta do mesmo Autor; 2 Pron- tuários do padre Franco.

Cristóvão José de Azevedo, mestre livreiro e morador ao Menino Deus, tem os livros seguintes: 1 jogo de Madureira; 2 tomos trincados do mesmo Autor; 1 Prontuário.

- João Baptista Xinon, mercador de livros, que mora ao Poço novo, tem os seguintes: 2 cartapácios de Sintaxe de João Nunes Freire; 2 jogos de Arte explicada de Madureira.

- Domingos Gonçalves, impressor e morador a S. Cristóvão, tem os seguintes: 8 car- tapácios de Rudimenta e géneros de João Nunes Freire.

- *Francisco Gonçalves Marques, Mestre livreiro e morador na Rua Nova, tem os seguintes: 11 livros de Artes de Madureira; 215 cartapácios de Géneros e Rudimentas de João Nunes Freire; 2 Prontuários de Sintaxe; 7 Xorros.*

- *Luís de Moraes, que contrata em livros e morador no principio da Rua da Fé, tem os seguintes: 28 cartapácios de Géneros de João Nunes Freire; 1 Prontuário.*

- *Agostinho José Peleja, Mestre livreiro e morador ao Salitre, tem os seguintes: 4 Artes Portuguesas; 4 Prontuários do padre Franco; 4 cartapácios - de Géneros dos Padres; 6 de Rudimenta e géneros de João Nunes Freire. Total: 318.*

*José Roberto Vidal da Gama*¹⁸

Mas, de facto, quando falamos dos livros existentes no antigo Colégio do Espírito Santo estamos realmente a falar de três categorias diferentes: em primeiro lugar os livros da **Imprensa da Universidade**, esta tinha o privilégio exclusivo da publicação de muitos autores da Companhia, nomeadamente a célebre e proscrita “Arte” do Padre Manuel Álvares (1526-1583), a *Gramática* (1535) que foi a verdadeira alavanca da crítica de Luís António de Verney à pedagogia jesuíta, bem como a *Prosódia* (1634?) do Padre Bento Pereira (1605-1681) de tal maneira lucrativas que da sua venda muito se edificaria no próprio Colégio. A Imprensa tinha em seu poder, na altura do encerramento, muitos livros publicados em papel e ainda não encadernados e alguns encadernados para distribuição aos alunos, desta, e de outras casas da Companhia.

Em segundo lugar a **Livraria do Colégio**, um espaço público de consulta a professores e alunos que, tendo como referência a biblioteca existente na Casa de São Roque, em Lisboa, e as Livrarias da Baía e Rio de Janeiro, deveria exceder os 15.000 exemplares¹⁹.

Em terceiro lugar as **bibliotecas privativas** dos mestres e professores da Universidade, os livros privados que tinham para seu uso nos “cubículos”, ou seja, nos seus gabinetes do Colégio, com designação de *cubiculum*²⁰.

Acreditamos todavia que os livros foram desaparecendo faseadamente, desde o encerramento da Universidade (1759) até ao início do século XIX. Apesar disso, temos quase como certo que na altura do edifício ser ocupado como Liceu (1841) já nenhuma dessas obras restaria ainda dentro das vetustas paredes.

¹⁸ Documentos transcritos em ANDRADE, António Alberto Banha de (1981), *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários (1759-1771)*, op. cit., Vol. III, pp. 193 e 194.

¹⁹ GOMES, João Pereira (1945), “As antigas Livrarias dos Jesuítas em Lisboa”, in *Brotéria – Cultura e Informação* – Vol. XL, Fascículo 2, pp. 153 a 161

²⁰ VALDEZ, J. J. D’Ascensão (1915), “Livrarias das Casas Congregacionistas da Companhia de Jesus em Setúbal e do Barro, Cartório da Colegiada de Santa Maria do Castelo e São Pedro de Torres Vedras”, in *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, Janeiro de 1915, Vol. I, n° 2, Imprensa da Universidade, Coimbra, pp. 82 a 86.

1º Fase: (1759-1760) – Livros proibidos: ‘os cartapácios e todos os mais livros que serviam para o dito método’

A primeira notícia que temos especificamente sobre Évora é a do Decreto da Direcção Geral dos Estudos de 20 de Dezembro de 1759, enviado ao Desembargador Jerónimo de Lemos Monteiro, citando o Alvará de 28 de Junho com ordens para que este remetesse ao Director Geral dos Estudos em Lisboa os livros proibidos que se achavam nas casas da Companhia e na casa de particulares da cidade alentejana.

“Decreto sobre a entrega compulsiva dos livros proibidos (19-12-1759).

Por Alvará de 28 de Junho do corrente ano fui servido abolir os antigos métodos, com que nas Escolas destes Reinos, e seus Domínios se ensinava a Gramática Latina proibindo a Arte de Manuel Alvares, a Prozodia de Bento Pereira, os cartapácios, e todos os mais livros que serviam para o dito método. E porque me foi presente que alguns dos referidos livros proibidos se achavam em varias mãos particulares, sou servido, que o Provedor dos órfãos e capelas, José Roberto Vidal da Gama faça entregar ao Secretario da Directoria Geral todos os livros que se acham em poder dos particulares, que constam da relação inclusa, assinada pelo mesmo Ministro. N.ª S.ª da Ajuda a 19 de Dezembro de 1759. Rei.

Cartas régias sobre o mesmo assunto (20-12-1759).

Eu El Rei, faço saber a vós, Jerónimo de Lemos Monteiro que, por Alvará de 28 de Junho do presente ano, fui servido abolir os antigos métodos em que nas Escolas destes Reinos e seus domínios se ensinava a Gramática Latina, proibindo a Arte de Manuel Alvares, a Prozodia de Bento Pereira, os cartapácios e todos os mais livros que serviam para o dito método, assim como se achavam declarados nas Instruções que ordenei para a restauração dos mesmos Estudos. E, sendo-me presente que a maior parte dos referidos livros proibidos se conserva nas Casas, que farão da mesma Companhia denominada de Jesus, sou servido que todos os livros compreendidos na referida proibição, que tiverdes achado no sequestro de que estais encarregado, sejam logo por vós remetidos, à custa dos bens dos mesmos sequestros, ao Principal Dom Tomás de Almeida, Director Geral dos sobre-ditos Estudos, para fazer executar o que lhe tenho ordenado ao dito respeito. Escrita no Palácio de N.ª S.ª da Ajuda a 20 de Dezembro de 1759. Rei.

Pela mesma forma se escreveu a Tomás António de Lima e Castro, com a mesma data acima referida.

(T. T. Min. do Reino, Cód. 417, fl. 40).

N. B. – Do mesmo teor, outra para o Desembargador José Pereira de Moura (Ibid., fl. 40 v.).²²¹

Em conformidade com esta ordem Jerónimo Lemos Monteiro envia para Lisboa, a 16 de Janeiro de 1760, cento e vinte e seis pacotes de livros em papel e um pacotinho deles encadernado, de que dá conta na seguinte lista.

“Ofício de Jerónimo de Lemos Monteiro, de Évora, sobre a entrega de livros segundo a lista junta

Exm^o e Ver. Senhor. Por ordem que tive de Sua Majestade, remeto a V. Ex^a os livros que constam da relação inclusa, os quais entregará o Cabo de esquadra Manuel de Oliveira, a quem V. Ex^a será servido mandar passar uma clareza dos fardos que entrega, para sua descarga. Deus guarde a V. Ex^a muitos anos. Évora, 16 de Janeiro de 1760. Jerónimo de Lemos Monteiro.

Lista a que se refere a carta de 16-1-1760

Remete da cidade de Évora, por ordem que teve de S. Majestade, o Desembargador Jerónimo de Lemos Monteiro, cento e vinte e seis pacotes de livros em papel e um pacotinho deles encadernados, a entregar em Lisboa ao Ex.^{mo} Sr. Principal D. Tomás de Almeida, Director Geral dos Estudos do Reino, que contém o seguinte:

Sessenta e dois pacotes de Prosódia de Bento Pereira em papel com 27 prosódias cada um

Três pacotes de sobejos de Prosódias

Vinte e nove pacotes do primeiro Abecedário da Prosódia

Dez pacotes de Arte Latina de Manuel Álvares em papel e 215 livros cada um

Um pacote de Arte Latina em que vão os seus princípios e alguns sobejos

Nove pacotes de Arte Latina

Dois pacotes de selectas que tem 475 livros

Um pacote de sobejos de Arte Latina

Quatro pacotes de Princípios de Selecta que estava na Imprensa

Quatro pacotes de Prontuário de Sintaxe a 230 livros cada um

Um pacote que leva em papel dez Prosódias e 132 livros de Prontuário de Sintaxe

Um pacotinho com cinco Artes Latinas, três Selectas, e uma Prosódia, tudo encadernado

Tudo entregará o Cabo de Esquadra Manuel de Oliveira, Évora, 16 de Janeiro de 1760 – Jerónimo de Lemos Monteiro”²²

²¹ ANDRADE, António Alberto Banha de (1981), *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários (1759-1771)*, op. cit., Vol. III, p. 209

²² Idem, p. 223 e 224

Estes livros, recolhidos pela Directoria Geral dos Estudos, deveriam ser destruídos, tal como sucedia com as obras provenientes de outras partes do país.

Assim, nesta primeira fase parecem ter sido apreendidos e destruídos apenas os livros que constavam no Alvará de 28 de Junho, ou seja todas as obras dos padres, ou outros, que defendiam e propagavam o “*funesto método* da Companhia de Jesus”²³. Mas terá sido assim, realmente? De facto, nos reservados da Biblioteca Pública de Évora, *Fundo do Convento do Espírito Santo*, Livro 5, encontramos vastas provas destes primeiros envios. O pagamento aos carregadores que com burros levaram essa carga para Lisboa²⁴.

A dar como certas essas remessas, teria no entanto ficado no Colégio o grosso da coluna, os livros da Livraria Grande e dos cubículos. No final da década de sessenta nas contas do Tesoureiro dos Bens do Colégio do Espírito Santo com pessoal da instituição que continuavam a ser pagos, bedel, meirinho, carcereiro da cadeia, síndico, porteiro e guarda, também aparecem pagamentos ao encadernador pelos trabalhos que levava no Colégio do Espírito Santo²⁵.

2º Fase: (1773-1779) – A Livraria Grande e os livros dos *cubículos* dos professores

Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814), Presidente da Real Mesa Censória entre 1773 e 1776, será figura central nesta segunda fase. Aquele órgão, que se assumirá como uma verdadeira comissão nacional de educação, em detrimento dos poderes e tarefas que a Direcção Geral dos Estudos vinha assumindo desde 1759, ficará, por exemplo, com a tutela literária, em particular subentendendo todas as recepções dos livros que ainda existiam nas antigas casas dos Jesuítas. Por sua influência o próprio Colégio do Espírito Santo foi entregue em 1776 à Ordem Terceira da Penitência, tutelada pelo mesmo Cenáculo (Março de 1768 é eleito Provincial), pretendendo-se lá recriar os estudos superiores da ordem. Ele mesmo o escreve, congratulando-se do facto, numa carta a Frei Rafael Rodrigues Mohedano:

²³ Contudo, curiosamente, ainda pudemos encontrar nos fundos da Biblioteca Pública de Évora oito *Prosódias* do Padre Bento Pereira e treze *Gramáticas* de Manuel Álvares. De acordo com o Catálogo da Exposição dedicada ao *IV Centenário da Fundação da Universidade de Évora*. Ver GUSMÃO, Armando Nobre (1959), *IV Centenário da Fundação da Universidade de Évora*, Tipografia Diana, Évora, 1959. Desta primeira fase fica-nos, pois, a dúvida: quantos foram os livros entregues, e desses, quantos foram destruídos? Pois, para além da existência dessas obras nos fundos da Biblioteca Pública de Évora, a que se refere o Aviso de D. Maria I em 1779 mandando entregar ao Provincial da Ordem Terceira de São Francisco os “livros impressos, e manuscritos, e as *Prosódias* incompletas na sua impressão”. Ver adiante o *Avisos à Real Mesa Censória*, 5 de Agosto e 15 de Setembro de 1779, ANTT, RMC, Cx. 188.

²⁴ BPE, Reservados, *Fundo do Convento do Espírito Santo*, Livro 5, p. 29,30, 31, 34, 36 e 88. p. 244,245,246,271,273,284,285,290,292, e 295.

²⁵ BPE, Reservados, *Fundo do Convento do Espírito Santo*, Livro 4, pp. 361, 362 e 370.

“[...] *Participo a V.M. que el Rey foi servido fazer Doação a esta Província de todo o edificio dos jesuítas de Évora, com tudo que nelle se achasse dos Muros para dentro. He huma das maiores cazas que tinha a companhia extinta.*”²⁶

A frase é de Cenáculo, mas o sublinhado é nosso. De facto, sabemos através do Termo de Posse do Colégio que as riquezas que este ainda albergava eram notáveis, em peças de ouro e prata, paramentas religiosas e, eventualmente, livros²⁷. J. Marcadé, na sua obra sobre Frei Manuel do Cenáculo (1978) refere que na Academia das Ciências existiriam muitas bibliotecas dos colégios Jesuítas, mas que não era esse o caso da biblioteca do Colégio do Espírito Santo, pois Frei António Martins quando tomou posse do edificio em 1776 teria encontrado ainda lá numerosos volumes²⁸.

Não temos dúvida da bibliomania, assim se adjectiva o próprio Cenáculo, que o acompanhava e da influência que essa característica teve nos cargos que desempenhou. Ora, conhecedor do valiosíssimo espólio que o Colégio do Espírito Santo albergava, e estando na posição central de tutelar todo o transito dos livros das antigas casas jesuítas, dificilmente se pode desligar um facto do outro: Cenáculo teve conhecimento desse espólio, encarregou um seu homem de confiança, o Professor Régio Bento Farinha, para fazer o inventário para – agora aqui os factos ficam turvos – ou enviar ao seu cuidado para a Real Mesa Censória, ou os conservar lá, no próprio colégio, para os ‘doar’ dessa maneira à sua Ordem Terceira, ou ainda tomar posse deles quando viesse para Évora?

Não temos, infelizmente, um inventário da Livraria do Colégio, apenas uma descrição parcial que nos é dada por Bento Farinha. Não sabemos assim, nem quantos livros existiam entre 1759 e 1776, nem quantos nestes anos terão transitado para a Real Mesa Censória em Lisboa. Sabemos que é feito esse pedido de devolução em 1779 de alguns (quais, quantos?) existentes em Lisboa, foi esse pedido sequer concretizado? Foram sequer realizadas as ordens de 1775 para os livros irem para Lisboa? Não sabemos também.

Sabemos sim do *Aviso (cópia) do Marquês de Pombal, dirigido ao Juiz de Inconfidência, José Inácio de Oliveira Machado, para que os livros do Colégio de Évora e Vila Viçosa pertencentes à extinta Companhia de Jesus fossem remetidos à Real Mesa Censória,*

²⁶ VAZ, Francisco Lourenço (2009), *Os livros e as bibliotecas no espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo*, op. cit., p. 491.

²⁷ *Instrumento de posse que da o Colégio do Espírito Santo que foi nesta cidade de Évora dos desnaturalizados e extintos jesuítas, tomado por seu procurador o Rev. P^o Provincial e seu Definitório da Terceira Ordem da Penitência, com todas as suas pertenças, jóias e ornamentos em conformidade das ordens de Sua Majestade, segundo o conteúdo neste – Évora, 20 de Julho de 1776 (cópia)*. BPE, Reservados, Armário X, Cod. 1, n^o 27.

²⁸ MARCADÉ, J (1978), *Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas. Évêque de Beja, Archevêque d’Evora (1770-1814)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1978, p. 70 e BAC 1699 A; e o “*Índex dos livros que estão sobre este caixão das primeiras gavetas, Feito em Fevereiro de 1678*” que são cerca de oito dezenas de livros, veja nota 213 em Idem, p. 475.

datado de 14 de Novembro de 1774²⁹. Certo é que quando é dada esta ordem já há muito que se estavam a transferir para a Direcção Geral dos Estudos e depois Real Mesa Censória os livros dos jesuítas³⁰.

Também Bento Farinha, na obra já referida, nos dá luzes sobre este enigmático e controverso processo:

*“Falo do espólio dos jesuítas; porque dando S. Majestade à Real Mesa Censória os livros que tinham sido destes padres, e vindo a Ordem ao Juiz de fora de Évora D. José Maldonado para os remeter para Lisboa no ano de 1775, ele me rogou o quisesse ajudar à arrumação destes livros, o que fiz de boa vontade, pela ter havia muitos tempos de ver os livros dos lentes, que tinham ficado fechados em seus cubículos, e muito à minha satisfação os vi todos [...]”*³¹

Por outro lado, numa carta de Cenáculo dirigida ao Marques de Pombal, se bem que não datada, se fala da arrumação e envio de livros: “Consta-me que o Juiz de Fora de Évora, encarregado pelo Juiz Desembargador fez remeter à Real Mesa Censória os livros dos jesuítas, que foram da Biblioteca dos Jesuítas daquela cidade” referindo-se depois às despesas escusadas para o Real Erário e referindo ao Catálogo “o qual está fazendo o Professor de Filosofia” e “que já passa seis meses”, propondo antes uma forma mais expedita para o tal inventário ser feito “tantos volumes de folha; outros de quartos, outros de doze e logo encaixota-los”³². Este documento, não está datado, é um borrão, que contém várias correcções do seu punho, sendo muito difícil a sua leitura. Contudo, ainda assim, percebe-se que se refere à ordem da transferência dos livros do Colégio (Biblioteca e Cubículos dos professores) para a Real Mesa Censória. Ainda assim não sabemos nem a quantidade nem a qualidade dos livros que estamos a falar, tirando as observações de Bento Farinha aquando do levantamento que ficou encarregue³³.

Mas o que explica então os Avisos referidos atrás (1779) que mandavam entregar ao Provincial da Ordem Terceira os livros impressos e manuscritos que haviam pertencido ao Colégio de Évora que aqui transcrevemos. São apenas os livros que tinham seguido na primeira fase? Note-se que em 1779 já estamos num contexto político diferente, D. José I faleceu em 1777, Pombal é afastado bem como aqueles do seu círculo próximo, vide Frei Manuel do Cenáculo que é destituído dos seus cargos e confinado a Beja³⁴.

²⁹ ANTT-RMC –CX 188 – Livro 1 – pp. 62 e 64.

³⁰ DOMINGOS, Manuela (2006), Biblioteca de Bibliotecas. A génese da Biblioteca Pública no pensamento de Cenáculo, in *Frei Manuel do Cenáculo construtor de bibliotecas*, Coord. VAZ, Francisco Lourenço e CALIXTO, António, Ed. Caleidoscópio, Casa de Cambra, p. 27

³¹ VAZ, Francisco António Lourenço (1992), *As Ideias Pedagógicas [...]*, op. cit. p. 311.

³² Carta de Cenáculo para o Marquês de Pombal, s/d BPE, Reservados, CXXVII/2-11, nº 72

³³ Para ver os livros referidos por Bento Farinha, idem, ibidem.

“*Exm. Revm.º Sr.*

A Rainha Nossa Senhora é servida que a Real Mesa Censória mande entregar ao Ministro Provincial dos Religiosos da Terceira Ordem da Penitência, todos os livros que foram da Livraria do Colégio de Évora: E fazendo-se uma Relação dos ditos livros nela se passará o recibo que se faz necessário para todo o tempo constar da referida entrega. O que V. Ex.ª fará presente na sobredita Mesa para que assim se execute.

Deus guarde a V. Ex.ª Palácio da Ajuda em 5 de Agosto de 1779 – Visconde de Vila Nova de Cerveira”³⁵

“*Exm. Revm.º Sr.*

Sua Majestade é servida mandar declarar à Real Mesa Censória, que todos os livros impressos, e manuscritos, e as Prozódias incompletas na sua impressão pertencentes ao Colégio de Évora, que foi dos Padre denominados da Extinta Companhia de Jesus, se devem entregar ao Ministro Provincial dos Religiosos da Terceira Ordem da Penitência, na forma do Aviso de cinco de Agosto próximo precedente, que para este efeito se expediu. E que V. Ex.ª fará presente na mesma Mesa, para que assim se execute.

Deus guarde a V. Ex.ª Palácio de Queluz em 15 de Setembro de 1779 – Visconde de Vila Nova de Cerveira”³⁶

Uma leva bem mais massiva ter-se-á efectuado nestes anos de 1775 e 1776, se compararmos com a década anterior (1760). Prova deste facto são os envios que referem o pagamentos a vários carregadores destas novas remessas nos anos de 1775 a 1776, veja-se a correspondência de novo do *Fundo do Convento do Espírito Santo*, Livro 4³⁷.

Assim, e dando crédito a esta documentação, parte dos livros do Colégio, provavelmente aqueles que faziam parte da Livraria Grande e os que estavam nos *cubiculos* dos professores, terão sido enviados por volta de 1775 ou 1776 para a Real Mesa Censória em Lisboa, a quem agora se pedia que os devolvesse à procedência para uso dos Padres da Ordem Terceira. Ates-

³⁴ Estudos recentes, contidos nesta obra, revelam que tanto o Marquês como os seus continuadores se aproveitariam dos trabalhos e prestígio da Escola Lexicográfica de Évora, estando em preparação uma reedição revista da Prosódia que é posteriormente publicada sob outra autoria. In SILVESTRE, Jorge Paulo e BORGE, Ana Margarida (2009) “A Escola Lexicográfica de Évora: Um Contributo Jesuíta para a Reforma Pombalina”, in *Universidade de Évora – 450 Anos de Modernidade Educativa*, Chiado Editora, Lisboa, 2012, pp. 287 e ss.

³⁵ Torre do Tombo, RMC Cx. 188.

³⁶ Idem, Cx. 188.

³⁷ BPE, Reservados, *Fundo do Convento do Espírito Santo*, Livro 5, pp. 244, 245, 246, 271, 273, 284, 285, 290, 292 e 295.

tarão este facto os pagamentos aos carregadores que com burros transportaram várias caixas e caixotes de livros para Lisboa? Pode ser, mas faltam ainda bastantes peças a este *puzzle*.

Contudo, alguns factos podem ajudar a fazer luz sobre o ocorrido, justificando igualmente o *timing* dos envios dos livros:

Em primeiro lugar a recepção em Portugal da Bula de extinção do Papa *Dominus ac Redemptor*, em Julho de 1773, resolvendo grande parte da questão jesuítica, principalmente no que concerne às suas propriedades e bens a ela afectos³⁸.

Em segundo lugar a nomeação do Frei Manuel do Cenáculo para a Presidência da Real Mesa Censória (1773), instituição que a vinha assumindo a coordenação total das operações de encaminhamento, selecção e arrumação das obras provenientes das bibliotecas dos jesuítas.

Em terceiro lugar, o fim da experiência pedagógica dos Professores Régios no Colégio do Espírito Santo, que durante a sua permanência devem ter sido autorizados a utilizar a Livraria do Colégio do Espírito Santo, mas que a partir de 1775 têm conhecimento que irão abandonar esse espaço. Veja-se o testemunho ressentido e acrimonioso contra os religiosos da Ordem Terceira feito por Bento Farinha, dizendo que aqueles se ‘gabavam de vir por estudos públicos em Évora’ e de os ter ‘quase arrancado das mãos dos Professores (Régios)³⁹.

Em relação ao património literário e manuscrito da Universidade⁴⁰, apesar de todas as incertezas, podemos tentar chegar a algumas conclusões, ou seja, depois de fechada a Universidade e, expulsa a Companhia, os seus livros sofreram diferentes destinos em momentos diferentes.

1º Numa primeira fase (1759-1760), terão sido apreendidos e enviados para Lisboa, para a Direcção Geral de Educação, os livros considerados perigosos, tendo sido alguns

³⁸ PEREIRA, Sara Marques (2008), “Duzentos Anos de Solidão: a deriva da Universidade de Évora (1759-1959), op. e pp. cit.

³⁹ VAZ, Francisco Lourenço (1997), *A Cidade de Évora na Obra de Bento José de Sousa Farinha (1740-1820)*, Évora, 1997, p. 486.

⁴⁰ Além destes livros e manuscritos temos também de acrescentar os documentos constantes das várias gavetas do **Cartório**. Descobrimos um levantamento dos documentos constantes nas gavetas e armários realizado, entre 1675 e 1701, com descrição das posses do colégio em rendas e foros, testamentos e heranças, litígios, e até informação relacionada com os livros tal como esta, existente na gaveta 18º :”um maço, em que está uma verba do testamento de D. João de Castro sobre os livros que deixou a este Colégio e o Rol deles”, BPE cod. CX/ 1-17 p. 27; e o “*Índex dos livros que estão sobre este caixão das primeiras gavetas, Feito em Fevereiro de 1678*” que são cerca de oito dezenas de livros, idem, pp. 40 a 41. No dia 1º de Novembro de 2010, dia da Universidade de Évora, foi feito o lançamento do *Inventário do Fundo Documental da Universidade de Évora no Arquivo da Universidade de Coimbra*, Universidade de Évora, da autoria da Dra. Ludovina Capelo, Arquivista do Arquivo da Universidade de Coimbra. Este inventário é um instrumento de trabalho notável para a História da academia eborense e vem permitir o cabal conhecimento da documentação enviada para Coimbra depois do encerramento da Universidade de Évora, estão nele grande parte dos manuscritos do referido Cartório.

queimados e outros enviados para eventuais depósitos, ou para as novas instituições educativas, tal como o Colégio dos Nobres ou mais tarde a Real Academia das Ciências de Lisboa.

2º Numa segunda fase, já na vigência da Real Mesa Censória e debaixo da influência de Frei Manuel do Cenáculo (1773-1779), e até já em parte num contexto Mariano, os livros da biblioteca e dos professores são enviados para a Real Mesa Censória e depois, alguns deles, não sabemos quais, reenviados de novo para Évora, para o Colégio do Espírito Santo e entregues ao Provincial da Ordem Terceira (1776-1779).

3º Os que seguiram para a Real Mesa Censória haveriam de constituir o fundo primitivo da Real Biblioteca Pública, outros seriam enviados para a Real Academia das Ciências de Lisboa. Lá encontramos diversas obras e autores provenientes do Colégio de Évora⁴¹.

4º Contudo é na Biblioteca Pública de Évora que encontramos um conjunto substantivo das obras que terão feito parte da antiga Universidade de Évora. No *Congresso do IV Centenário da Fundação da Universidade de Évora*, em 1959, foi feito um extenso catálogo das obras que estiveram em exposição pertença da BPE e lá podemos contemplar o extraordinário espólio, que sobrevivendo a todas as vicissitudes, ainda pode demonstrar o enorme acervo que lá se encontra pertença da extinta universidade jesuíta⁴².

5º Somados estes dados, poder-se-á aventar que a intervenção de Frei Manuel do Cenáculo poderá ter, num primeiro momento ‘incorporado’ essas obras na sua colecção privada, para num segundo momento as doar quer à Real Biblioteca Pública de Lisboa, quer, principalmente à Biblioteca Pública de Évora que haveria de fundar em 1806⁴³.

Para finalizar este quadro da diáspora acresce ainda que do conjunto primitivo da Biblioteca de Cenáculo (que supomos parte vinda do Colégio do Espírito Santo) há ainda que retirar os livros desta que vendeu a diversos livreiros portugueses e estrangeiros, ofereceu, e os repetidos, que terá mandado destruir, medida, aliás, já tomada na direcção da Real Mesa Censória⁴⁴.

⁴¹ CARVALHO, Vaz de (2009), “A Antiga Universidade de Évora”, in *Da Europa para Évora e de Évora para o Mundo op. cit.*, pp. 81 e 82.

⁴² GUSMÃO, Armando Nobre (1959), in *IV Centenário da Fundação da Universidade de Évora*, Tipografia Diana, Évora, 1959.

⁴³ MARCADÉ, J (1978), *Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas. Évêque de Beja, Archevêque d’Evora (1770-1814)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1978, p. 69

A situação terá sido idêntica em Portugal e no Brasil, apesar das piores condições climáticas da colónia, veja-se, por exemplo, o retrato que António Ribeiro dos Santos nos oferece pouco antes de tomar posse da biblioteca da extinta Real Mesa Censória em 1795, volvidos apenas dezoito anos depois do afastamento de Cenáculo:

“Estado da Bibliotheca

Huma parte desta Bibliotheca está collocada em algumas estantes, outra está lançada a montão no pavimento das casas.

Terá ella segundo pude orçar em massa de cincoenta mil volumes para cima entre elles há livros excellentes, de alto custo, e muitas colleções de várias obras de estimação, e valor principalmente de Historia Literaria de Chronicas, Portuguezas, e de traduções

⁴⁴ **Doc. Nº 46 – Carta de Frei Manuel do Cenáculo a Frei Plácido Barroco (4 de Abril de 1796)**

Senhor: Vivo hoje enfadado porque ainda não levantei a cabeça para cartas depois do correio de 6^a feira. Vai essa Papeleta para conversar com Bertrand: elle não gosta senão como vê que lhe comprarão. O que vai nella não o dou por menos de cem mil reis; e elle hade ganhar muitos tostões: são coisas muito raras; e isso mesmo dos concílios são coisa muito estimável por ser edição buscadissima: nem eu devo rebaixar, nem elle facilitar a venda porque os conhecedores hão de levantar as mãos ao Ceo por esse Nessel que com o Tomo 8^o raras Livrarias o tem: está dito: basta que venha a resposta com os preços que elle pôz.

Esse Santo Athanasio he rarissimo ainda sem os dois que accrescentou o Montfaucon: inteira Collecção de 5 he a que eu deixei ficar há annos nessa Livraria.

Terá o Padre Geral dado os 400 mil reis: mande Vossa Merce a meo Irmão dusetos mil reis; e mais dose moedas. O resto venha por Gamito, e o producto dessas três caixas, que tudo junto he cá muito necessário.

Doc. Nº 168 – Carta de Cenáculo a António Ribeiro dos Santos (17 de Outubro de 1796)

Permitirá Vossa Senhoria que eu me repita na sua amável Presença com hum pensamento que poderá ter proporção com seos gloriosos cuidados. Desejava eu entre os regozijos de ver promovida a Real Bibliotheca Publica nessa corte concorrer muito de graça com algum sortimento. Como este meo Publico tanto me não permite fazer pelas urgências continuadas a que devo acudir; so resolvo a dizer a Vossa Senhoria que nesta minha e já muito destroçada Livraria tenho coisas que me persuado não haver ainda nessa Real Bibliotheca, em que Vossa Senhoria por mercê soberana Preside, e eu largarei a quem pode pagallas, e dar-me com que eu console miseráveis, e fazer beneficios de outro género a esta Igreja.

Doc. Nº 203 – Projecto de Frei Manuel do Cenáculo para criar Bibliotheca da Real Mesa Censória (4 de Julho de 1773)

[...]

Hade ser construída sobre armazéns, que sejam distribuídos em numero, e forma, Capazes de nelles trabalharem encadernadores: de alojarem os materiaes das encadernções, e os balotes de papel, destinado tanto a serviço da Bibliotheca, como para obras, que por conta daquella se façam imprimir: de nelles se recolherem as partidas de Livros, que se comprarem, e ainda Livrarias inteiras, antes de serem distribuídos, ou economizados por vendas, ou trocas: de nelles se guardarem os Livros em papel antes de se mandarem encadernar: e de trasladarem para elles os Livros inaptos, pois logo que sejam substituídos na Bibliotheca por outros dignos, devem aquelles passar para outras cazas, tão bem de inferior ordem, na intelligencia de que em huma Bibliotheca Publica he indispensável haver quanto se tiver composto, e formado das letras do alfabeto.”

Ver VAZ, Francisco Lourenço (2009), *Os Livros e as bibliotecas...*, op. cit. pp. 373, 500, 536 e 537.

de Clássicos gregos, e Latinos o que já é hum grande fundo para servir ao estabelecimento da Real Bibliotheca Publica nesta Corte.

Hé porém tão lamentável o estado em que se acha a Bibliotheca que não posso deixar de o representar a V. Ex^a para dar as providencias que for servido.

1º Os livros que occupão as estantes estão collocados não methodicamente segundo as diversas Classes das Artes, e Sciencias mas sim promiscuamente e sem algum systema, e ordem que os separe, e classifique parecendo que na sua distribuição e arrumação se contemplou unicamente a igualdade e a forma material dos volumes, ou a conformidade, e semelhança de suas encadernações. O que faz que nem se possam facilmente achar os livros que assim estão deslocados dispersos vagamente pelas casas, nem que se possa fazer conceito exacto do provimento, e fundo que delles tem cada huma das Artes, e Sciencias.

2º Os outros livros que se achão fora das estantes que são pelo comum dos que vieram das Livrarias dos Jesuítas (entre os quaes não pode deixar de haver muitos de summa raridade e valor) estão todos torpemente arrojados em diversos, e informes montões já pelos cantos, já pelo meyo do pavimento das ditas cazas amassados desmantelados cubertos de pó e expostos desprezivelmente a todos os effeitos, e consequências que necessariamente devem rezultar de tão péssimo tratamento.⁴⁵”

Concluindo, a dispersão e a perda de livros dos núcleos originais dos antigos colégios depois da extinção deve ter sido enorme, verdadeiras preciosidades desapareceram por opção política, malícia ou incúria, assistindo-se em alguns caso a um completo desmantelamento e desaparecimentos dos acervos constituídos ao longo de mais de duzentos anos. O caso da Universidade de Évora é exemplar, pela negativa. Destruído, disperso e desmantelado, do seu espólio não existindo sequer um inventário completo, parece que o apagamento da memória foi ainda mais duro neste caso. O trabalho de reconstituição do que aconteceu aos seus livros, demorará anos, e eventualmente nunca conseguirá chegar a conclusões definitivas. Não devem causar estranheza estes actos numa época que, supostamente ilustrada, se mandavam salgar as terras para que nada ali crescesse e a memória se apagasse.

⁴⁵ “Relatório do Dr. António Ribeiro dos Santos, 5 de Janeiro de 1795, in DOMINGOS, Manuela “A caminho da Real Biblioteca Pública: dois documentos, 1775-1795”, in *Revista da Biblioteca Nacional*, s. 2, vol. 5, nº 1 Jan/Jun de 1990, pp. 157 e 158.

